

A volta do correio

Author(s):

[José Soeiro](#) ^[1]

Show Author Info?:

0

A história dos correios, ou dos serviços postais, é uma parte marcante da história das civilizações. Muitos séculos antes de Cristo, já os egípcios dispunham de um sistema postal. Em Portugal, foi há cerca de 500 anos que se criou, no reinado de D. Manuel I, o primeiro serviço de correio público. Era a origem do que, no início do século XX, a República viria a chamar de CTT.

Dir-se-ia que, com a última revolução tecnológica e o desenvolvimento das comunicações online, um serviço deste tipo estaria condenado a desaparecer. Curiosamente, não é nada disso que acontece. De facto, se o e-mail substituiu em muitos casos a comunicação postal, o desenvolvimento da internet alterou também o tipo de consumo e o paradigma do transporte de objetos. Onde antes comprávamos em lojas produtos transportados por terra ou pelo mar em grandes quantidades, hoje compramos na net todo o tipo de objetos (de livros a sapatilhas, de aparelhos electrónicos a cosméticos, de brinquedos e acessórios) que nos vêm ter a casa de correio, vindos de outras partes do mundo e transportados em percursos singulares. Não é um acaso que, em Portugal, o transporte de correio internacional tenha aumentado 1000 vezes nos últimos anos.

Ora, o que se passou com os correios em Portugal é, verdadeiramente, um escândalo nacional. O governo anterior decidiu, primeiro em 2013 e depois em 2015, privatizar os CTT. Começou por ?reestruturar? e ?emagrecer? a empresa (leia-se: encerrar balcões, despedir funcionários e degradar o serviço) e por ?diversificar? os produtos (leia-se: abrir espaço para utilizar a rede de balcões para vender produtos financeiros). Depois, entregou aos privados uma empresa pública que dava lucros a cada ano. Logo em janeiro de 2014, dois meses depois da primeira fase da privatização, a empresa distribuiu 60 milhões de euros em dividendos aos novos acionistas. É possível imaginar um negócio mais estúpido para o Estado?

Mas as consequências não foram só perdermos esse dinheiro. Desde 2015, há menos 1018 trabalhadores, foram encerradas 133 estações de correios e 90 postos de correio em todo o país, há cada vez mais precários, diminuiu o número de giros e aumentou o itinerário que cada carteiro tem de fazer (com a sobrecarga de serviço por trabalhador a levá-los ao limite das suas capacidades), passou-se a entrega do correio a outras empresas em regime de outsourcing (só no Norte, 300 giros estão externalizados) e acabou a distribuição diária de correios (o correio normal é distribuído dia sim dia não). Não deixa de ser chocante que os responsáveis por isto venham agora, como o PSD, num exercício de descaramento, lamentar

as condições de trabalho nos CTT, que resultam das decisões que tomaram.

Em resumo, perderam os cidadãos todos porque têm um serviço pior; perdeu o Estado porque, apesar de ter encaixado dinheiro no ano da venda (cerca de 900 milhões) ficou sem as receitas da empresa para sempre (muitas dezenas de milhões em cada ano); perderam as populações que ficaram sem estação e posto de correio, lugar não apenas de depositar as cartas, mas também para muitos reformados por exemplo, onde iam receber a sua pensão.

A situação é tão grave que, nos últimos meses, o tema voltou em força ao debate público. Vários autarcas, nomeadamente do PS, têm instado o Governo a ?resgatar? a concessão dos CTT para reverter a "contínua degradação deste serviço público essencial" [2]. Os trabalhadores do Centro de Produção e Logística do Norte têm feito uma greve corajosa contra a degradação das suas condições de trabalho [3] e contra a desigualdade de tratamento dentro da empresa. Há sindicatos que estão neste momento a percorrer o país com uma campanha [4] em defesa do serviço público postal, pondo o dedo na ferida sobre as consequências da privatização. Autarcas, trabalhadores em greve, sindicatos têm, todos eles, a razão do seu lado. Privatizar os correios foi uma decisão errada que lesou o interesse público. Não há pois como fingir que a questão não existe ou tentar contornar o problema. Um serviço postal universal, acessível e abrangente exige agora ao Estado uma decisão de bom senso: reverter a privatização e devolver os correios ao setor público.

Artigo publicado em expresso.sapo.pt [5] a 28 de abril de 2017

Sumário da Home:

Um serviço postal universal, acessível e abrangente exige agora ao Estado uma decisão de bom senso: reverter a privatização e devolver os correios ao setor público.

Lead:

Um serviço postal universal, acessível e abrangente exige agora ao Estado uma decisão de bom senso: reverter a privatização e devolver os correios ao setor público.

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

URL de origem: <http://www.esquerda.net/opinioao/volta-do-correio/48428?page=0>

Ligações:

[1] <http://www.esquerda.net/author/jos%C3%A9-soeiro>

[2] <http://24.sapo.pt/atualidade/artigos/autarca-de-valongo-pede-a-tutela-que-pondere-resgate-ou-sequestro-dos-ctt>

[3] <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-04-24-Funcionarios-do-CTT-queixam-se-de-discriminacao-salarial>

[4] <http://www.sntct.pt/>

[5] <http://expresso.sapo.pt/blogues/jose-soeiro/2017-04-28-A-volta-do-correio>